



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

FRANCISCO ESCOUTO DOS SANTOS GONÇALVES

LEI 10.639: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DOS 20 ANOS DE ATUAÇÃO

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

FRANCISCO ESCOUTO DOS SANTOS GONÇALVES

LEI 10.639: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DOS 20 ANOS DE ATUAÇÃO

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades no curso de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus Malês - BA.

Orientador: Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

FRANCISCO ESCOUTO DOS SANTOS GONÇALVES

LEI 10.639: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DOS 20 ANOS DE ATUAÇÃO

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades no curso de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus Malês - BA.

Data de aprovação: 05/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcio André de Oliveira dos Santos (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Ana Claudia Gomes de Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Fanny Longa Romero

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA	5
3	OBJETIVOS	6
3.1	GERAL	6
3.2	ESPECÍFICOS	6
4	JUSTIFICATIVA	6
5	METODOLOGIA	8
	REFERÊNCIAS	12

1 INTRODUÇÃO

A implementação da Lei 10.639/03 que estabelece o ensino de história da África e das culturas afro-brasileiras tem sido um dos temas que mais me chamam a atenção no meu percurso acadêmico e identitário. Como um jovem negro, kilombola e nascido no Rio Grande do Sul, um dos estados mais racistas do Brasil, a forma com que a história era contada na escola me inquietava, pois entrava em total conflito com a história que era contada dentro da Comunidade Kilombola Morada da Paz. No meu kilombo foi onde compreendi que a educação antirracista não é somente possível, mas é urgente.

Conforme ampla literatura sobre a temática, o racismo no Brasil é estrutural e afeta diretamente todos os níveis de ensino. Leis e legislações como a citada acima auxiliam na transformação deste cenário, mesmo que centenas de escolas por todo o país não a cumpram devidamente.

Os movimentos negros e os/as ativistas negros/as da educação são os principais protagonistas desta transformação. É um processo em curso, já que os investimentos públicos não são considerados suficientes frente a tamanha tarefa de renovação dos currículos e das práticas pedagógicas levando em conta a perspectiva antirracista e não discriminatória que se almeja. Pretende-se com este projeto de pesquisa contribuir para os avanços verificados neste campo de estudos e análises cujo horizonte é o de ampliação de ambientes escolares mais democráticos e étnico-racialmente mais diversos.

2 PROBLEMA

- A educação brasileira enquanto sistema, estrutura, preparo e alcance está preparada para acolher a lei 10.639/03?
- A escola pública é de fato o melhor primeiro passo para uma retomada da consciência histórica negra, africana e afro-brasileira?
- Quando se fala em estrutura escolar, estamos prontos para um currículo escolar intercultural?
- É possível uma mudança de panorama dentro dos moldes educacionais que temos hoje?

- De que modo os processos históricos podem nos auxiliar a repensar e redesenhar o sistema educacional para uma melhor abordagem das relações étnico-raciais?

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

- Compreender as contribuições dos atores sociais - escolas- envolvidos para a ampliação da lei.

3.2 ESPECÍFICOS

- Destrinchar analiticamente o documento “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais”.
- A partir do documento Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, entender quais são os desafios e barreiras enfrentados pelas escolas.
- Analisar as contribuições de espaços educacionais independentes que foram fundados e atuam a partir do debate das relações étnico-raciais, como escolas particulares e espaços educacionais não-escolares.
- Compreender a importância da atuação da sociedade como um todo, e não somente da educação, para o avanço das relações étnico-raciais.

4 JUSTIFICATIVA

O racismo é um problema profundamente arraigado na sociedade brasileira. Podemos traçar sua genealogia desde o tráfico e a escravização de africanos. Nos dias atuais, temos inúmeras situações de reprodução do racismo, do mesmo modo que iniciativas diversas de combatê-lo, especialmente por parte dos movimentos negros e também por parte dos governos.

O racismo no Brasil é estrutural (ALMEIDA, 2018), e quando pensamos em estrutura, um aspecto que evidencia isso é a educação, ou como esta foi construída ao longo do tempo. E é

justamente por meio da educação que começam muitas questões que identificamos como problemas para o avanço da sociedade como um todo. Tudo isso porque historicamente foi uma arma, utilizada muito durante o processo colonial, para alterar os fatos e justificar atitudes monstruosas. Como a invasão e domínio europeu em países africanos e americanos que levaram a diversos genocídios, como o do Congo que matou mais de 20 milhões de congoleses quando era uma colônia belga regida pelo rei Leopoldo II. Mas também por um apagamento histórico, intelectual e epistemológico das vivências de diversos povos.

Isto se resume quando Thèophile Obenga reflete, em seu livro *Egito: História antiga da filosofia africana*, sobre de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, um filósofo que viveu entre os séculos XVIII e XIX, que afirmou que “A África não é parte histórica do mundo; ela não tem movimento ou desenvolvimento para exhibir” (1956, p. 99). Tal pensamento se perpetuou por muito tempo por intelectuais, pensadores, historiadores e se traduziu também nas relações de poder estabelecidas. Esta ideia só foi questionada por volta de 1974, um século e 44 anos após a morte de Hegel, no simpósio do Cairo, onde se debateu a influência das culturas africanas na construção de diversas áreas do conhecimento, principalmente a filosofia e a matemática.

Quando pensamos educação no Brasil também não fugimos dessa lógica, vemos isso quando entendemos os movimentos de meados do séc. XX que buscavam renovar o ensino público no Brasil. Movimentos que idealizaram os modelos que temos na escola pública até os dias de hoje. Alguns de seus idealizadores são Renato Kehl e Fernando de Azevedo, que eram abertamente adeptos da eugenia, que é uma ideologia que atuou muito no Brasil e em outras partes do mundo, defendendo a superioridade genética e intelectual da raça branca perante as demais raças. Este traço ideológico também respingou no projeto de renovação da educação no Brasil, que tinha como algumas de suas virtudes a educação física, que carregava dentro de si a higiene física, escolar e a assistência social sanitária, fundamentos baseados nas ideias eugenistas. Estes aspectos históricos e ideológicos da educação brasileira são debatidos por Jerry Dávila, em *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil* (2006), quando aponta que

Os projetos eugênicos dos educadores surgiram entre as décadas de 1920 e 1940, a partir das campanhas de saúde e higiene pública das primeiras décadas do século. Os defensores da saúde e da higiene pública eram figuras inovadoras cujos projetos se opunham à crença amplamente disseminada da degeneração racial dos indivíduos negros e mestiços. Essa ideia de degeneração combinava o racismo científico europeu

com os temores dos brancos brasileiros em relação à população escrava africana (p. 57)

Portanto, ao longo dos anos nos vimos em um cenário educacional que continua perpetuando ideias eurocentristas, e por mais que a eugenia não atue hoje como antigamente, ainda estamos presos dentro de um sistema, que carrega em sua base valores eugênicos.

Uma das formas de combater as sequelas, como a alienação e o silenciamento historiográfico do continente africano, que a sociedade desenvolveu, é utilizar a própria educação como ferramenta de mudança. Para isso, é necessário reconstruir as narrativas históricas a partir de uma perspectiva concreta que fuja das armadilhas do eurocentrismo. Então, no dia 9 de janeiro de 2003, é aprovada e entra em vigor a lei 10.639 determinando que

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira.[...] O conteúdo programático a que se refere [...] deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, lei 10.639. Art. 26-A 1º e 2º)

Lei esta que foi uma conquista dos movimentos negros e dos segmentos progressistas da educação brasileira e serviria como uma ferramenta de reparação pelos danos causados por um projeto de país que perpetua uma ideologia onde os negros são representados como marginais. Porém, hoje, em 2023, 20 anos após a implementação da lei, ainda não conseguimos identificar mudanças significativas nos currículos escolares, na formação e capacitação de professores. E por consequência também não houve uma alteração de consciência proveniente do ensino da história e da cultura negra e afro-brasileira. Ao longo destes 20 anos, a lei não foi implementada nas escolas de forma devida e o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004), caiu no conto de uma utopia inalcançável nos modelos educacionais da educação pública brasileira.

5 METODOLOGIA

Para esta pesquisa vamos utilizar uma metodologia qualitativa, que será desenvolvida em três etapas. A primeira se constituirá na análise de documentos, normativas e bibliografias

específicas sobre a temática, bem como planos de curso da disciplina de história de três instituições educacionais diferentes:

1. Colégio Estadual Manoel Devoto - Localizado na rua Oswaldo Cruz no bairro do Rio Vermelho em Salvador - um colégio público voltado para o ensino médio que nos ajudará na compreensão da realidade de uma escola da rede pública.
2. Instituto Cultural Beneficente Steve Biko - Localizado na Rua do Passo, nº4, no bairro de Santo Antônio em Salvador - foi “o primeiro curso Pré-Vestibular voltado para negros no Brasil” e nos dará uma perspectiva educacional fora do contexto escolar tradicional.
3. Escola Afro-brasileira Maria Felipa - Localizada na Rua Comendador José Alves Ferreira, nº 60, no bairro do Garcia em Salvador - uma escola privada que atua com a educação infantil e o ensino fundamental buscando problematizar “desde cedo a questão racial de modo a superar pela via educacional o racismo estrutural que vivemos em nossa sociedade” e nos permitirá conhecer a educação em um contexto independente.

Além disso, a pesquisa fará uma comparação analítica das realidades diversas que estas instituições nos apresentam para com o que está previsto no documento “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais” (2004). As múltiplas perspectivas, sejam elas quando se dizem à estrutura, sistema, nível de escolaridade atendido ou preparo dos profissionais que atuam em cada um deles, irão enriquecer a abordagem desta pesquisa permitindo assim uma análise mais ampla e seremos contemplados com mais base para pensarmos a educação no Brasil.

A segunda etapa consistirá em uma série de entrevistas discursivas semi-estruturadas com membros da comunidade escolar, especialmente docentes e direção de cada espaço. Estes diálogos terão como base a análise dos documentos citados à cima, porém serão regidos por estes questionamentos:

1. Quais são os principais desafios que você, docente/diretor(a/e), identifica quando se trata da implementação do ensino da cultura e história afro-brasileiras previsto na Lei 10.639/03?
2. Você, docente, considera-se apto e preparado para lecionar os conteúdos exigidos pela Lei?

3. Você, diretor(a/e), recebe recursos, sejam eles financeiros ou suporte de professores substitutos, para que permita aos docentes formações adicionais que o preparem para acolher a demanda exigida desde 2003?
4. Com a carga horária anual da disciplina de história, é possível adicionar tópicos além dos que já eram lecionados previamente. Se não, qual seria a solução?
5. Na sua visão, qual é a importância desses conteúdos serem evidenciados em sala de aula? E que impacto isso terá na forma como entendemos as relações étnico-raciais no Brasil?

As perguntas recém apresentadas serão base para o diálogo com o Colégio Estadual Manoel Devoto. As que guiarão o diálogo com a Escola Afro-brasileira Maria Felipa serão:

1. Como a escola faz para não deixar de lecionar os conteúdos eurocêntricos, comumente vistos em sala de aula e ainda proporcionar uma experiência escolar concentrada na perspectiva afro-brasileira e africana?
2. Quais são as ações promovidas pela instituição para facilitar o acesso da população negra à escola?
3. Como a escola pode servir de exemplo para as escolas públicas?
4. Hoje, para que se tenham os conteúdos, exaltados na Lei 10.639/03, sendo plenamente lecionados, é necessário se afastar do modelo de escola convencional?
5. Como é feita a escolha dos profissionais que atuam na escola?

Já as perguntas que irão reger a entrevista com o Instituto Cultural Beneficente Steve Biko serão:

1. Por ser um espaço educacional não-escolar e independente, como o Instituto pode contribuir para a educação pública?
2. A partir da experiência proporcionada pela Steve Biko, qual é a importância da Lei 10.639 ser implementada como deve? E será isto suficiente para uma mudança das relações étnico-raciais como um todo?
3. Por ter ações voltadas para vestibulandos jovens e adultos, a Biko aposta em uma retomada da consciência histórica a partir do ensino superior?

Em todas as entrevistas será solicitado a permissão para gravação dos diálogos para análise posterior, além de ser concedido anonimidade a todos(as/es) que participarem.

Após isto, se dará a terceira e última etapa, o debate a partir dos dados coletados. Será feita uma crítica a partir das diversas experiências observadas e os modelos educacionais das relações étnico-raciais que conhecemos nos dias de hoje. O Integracionismo, que defende que “é tarefa do Estado promover políticas de combate ao racismo no sistema educacional” (BENEDICTO, 2019. p. 25), e incentiva a inserção da população negra nas instituições educacionais proporcionadas pelo Estado. O Nacionalismo, que preza pela criação de instituições independentes, na premissa de que o Estado seria incapaz de romper as barreiras que o estruturam, sendo uma delas o racismo. E ainda o Quilombismo, ideia proposta por Abdias do Nascimento e debatida, nesse contexto, pelo professor Ricardo Matheus Benedicto com a proposta da educação Quilombista.

REFERÊNCIAS

- BENEDICTO, Ricardo Matheus. Educação quilombista: uma proposta de educação afrocentrada no Brasil. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 31: mai.-out./2019, p. 18-33. DOI: <https://doi.org/10.26512/resafe.vi30.28254>
- BRASIL - **Lei 10.639. Art. 26-A 1º e 2º, de 09 de Janeiro de 2003**. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2003.
- DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil (1917-1945). Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 400p.
- DIRETRIZES Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 23001.000215/2002-96 CNE/CP 3/2004, aprovado em 10/3/2004 Proc. 23001000215/2002-96
- OBENGA, Théophile. Egypt: Ancient History of African Philosophy. *In*: KWASI, Wiredu (ed.). **A Companion to African Philosophy**. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2004, p.31-49. Tradução para uso didático, para o projeto de pesquisa Dissecando o racismo epistêmico: a urgência de outra perspectiva no ensino de filosofia, por Vinícius da Silva
- QUEM somos – **Escola Maria Felipa**. Disponível em: <https://escolamariafelipa.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- QUEM somos. Disponível em: <http://www.stevebiko.org.br/sobre-nos>. Acesso em: 27 jun. 2023.